07-11-2012

ATA Nº. 23/2012**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA SETE DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E
DOZE.** -----

Aos sete dias do mês de novembro do ano dois mil e doze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com a presença dos Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dr.ª Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos. -----

Faltou à reunião o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, por se encontrar em gozo de férias, conforme informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara. ---

Em minuta, foi deliberado por unanimidade justificar a falta. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos da Ordem do Dia: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 213, do dia seis do mês de novembro, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 2.247.883,16 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e três euros e dezasseis cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e €733.055,68 (setecentos e trinta e três mil e cinquenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 22, da reunião ordinária realizada no dia dezassete do mês de outubro do ano de dois mil e doze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

07-11-2012

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do seguinte expediente: ----

- Manifesto, datado de 25OUT12, proveniente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, sobre o título: “Em defesa do Poder Local Democrático, do emprego e direitos por um futuro de progresso e bem-estar para todos”. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----**MUNICÍPIO COOPERANTE – COOPERAÇÃO COM TIMOR-LESTE PARA A INSTALAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. O convite recebido pelo representante do Governo de Timor-Leste para que o Município de Ílhavo seja um dos Municípios Portugueses cooperantes para a instalação dos Municípios de Timor-Leste; -----

2. A participação do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo na comitiva oficial da visita a Timor-Leste chefiada pelo então Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Eduardo cabrita, em junho de 2009, tendo sido palestrante numa ação de formação de altos quadros da Administração Pública de Timor-Leste na perspetiva da governação do Poder Local e estabelecido contactos importantes com responsáveis pela governação do País; -----

3. As responsabilidades acrescidas que o Município de Ílhavo tem por força do exercício pelo seu Presidente da função de Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Associação nacional dos Municípios Portugueses; -----

4. A reconhecida capacidade técnica e política do Município de Ílhavo para poder ser boa parte deste processo de cooperação entre Portugal e Timor-Leste. -----

Proponho: -----

1. Que o Executivo Municipal aprove a participação do Município de Ílhavo para que assuma a responsabilidade de ser Município Cooperante para a instalação dos Municípios de Timor-Leste, aprovando a minuta do Protocolo que se anexa; -----

2. Que a presente deliberação seja enviada para apreciação e votação pela Assembleia Municipal de Ílhavo. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

07-11-2012

05NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

REFORMA JUDICIÁRIA – AUDIÇÕES – POSIÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO. -----

Presente o documento referenciado em título, datado de 25OUT12, endereçado à Ex.^a Senhora Ministra da Justiça, e que se transcreve na íntegra: -----

- “O Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CI Região de Aveiro) reunido no dia 22 de outubro de 2012 deliberou participar na audição pública da reforma do Mapa Judiciário, da Lei de Organização do Sistema Judiciário e do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciários, aprovando por unanimidade a seguinte posição: -----

a) Tendo a Sub-Região do Baixo Vouga em funcionamento uma Comarca-Piloto, entendemos óbvia a necessidade de se apresentar um relatório de avaliação do seu funcionamento, dos aspetos positivos e negativos que patenteou, na óptica dos profissionais da Justiça e dos Cidadãos. Por exemplo, para os Cidadãos, aumentaram os tempos e as despesas de deslocação, existindo necessidade de proceder a ajustamentos que tenham em conta os circuitos de mobilidade e transportes. Não faz sentido estarmos a terminar a decisão sobre uma nova reforma quando a reforma em curso não foi alvo de uma avaliação; -----

b) A opção pela dimensão distrital das novas Comarcas é um absurdo quando enquadrada na sensata opção do actual Governo de acabar com o patamar distrital da administração central, com a não nomeação dos Governadores Cíveis. Estando o Governo e os Municípios a reestruturar a organização da administração com base nas NUT’s II e III, esta desconformidade da Justiça vem criar entropias na relação institucional e na facilitação da relação dos Cidadãos com a Justiça; -----

c) Defendemos a manutenção do Tribunal em Sever do Vouga, numa lógica de rentabilização das condições físicas existentes, de manutenção de uma relação de proximidade da Justiça para com os Cidadãos, e tendo em conta a não existência de soluções de mobilidade por transportes públicos. A mobilidade dos profissionais da Justiça na razão das necessidades é a proposta que apresentamos em alternativa; -----

07-11-2012

d) Os Municípios da NUT III do Baixo Vouga, parte integrante da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, devem continuar a ter preferencialmente como Tribunais de Relação os de Coimbra e não os do Porto (salvaguardando especificidades justificadas de alguns Municípios), prevalecendo a relação da NUTIII do Baixo Vouga com a NUTII do Centro e não com o Distrito do Porto. -----

Agradecendo a devida atenção e consideração para com esta posição, apresentamos os nossos melhores cumprimentos, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, Presidente do Conselho Executivo da CI da Região de Aveiro”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

REFORMA JUDICIÁRIA – AUDIÇÕES – POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o documento referenciado em título, endereçado à Exmª Senhora Ministra da Justiça, e que se transcreve na íntegra: -----

- “A Câmara Municipal de Ílhavo entende relevante participar na audição pública da reforma do Mapa Judiciário, da Lei de Organização do Sistema Judiciário e do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciários, apresentando a seguinte posição, que na parte que envolve os outros Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro é idêntica à posição apresentada por aquela Comunidade Intermunicipal: -----

Tendo a Sub-Região do Baixo Vouga em funcionamento uma Comarca-Piloto, entendemos óbvia a necessidade de se apresentar um relatório de avaliação do seu funcionamento, dos aspetos positivos e negativos que patenteou, na ótica dos profissionais da Justiça e dos Cidadãos. Por exemplo, para os Cidadãos, aumentaram os tempos e as despesas de deslocação, existindo necessidade de proceder a ajustamentos que tenham em conta os circuitos de mobilidade e transportes. Não faz sentido estarmos a terminar a decisão sobre uma nova reforma quando a reforma em curso não foi alvo de uma avaliação; -----

A opção pela dimensão distrital das novas Comarcas é um absurdo quando enquadrada na sensata opção do atual Governo de acabar com o patamar distrital da administração central, com a não nomeação dos Governadores Civis. Estando o Governo e os Municípios a reestruturar a organização da administração com base nas NUT's II e III, esta

07-11-2012

desconformidade da Justiça vem criar entropias na relação institucional e na facilitação da relação dos Cidadãos com a Justiça; -----

Ílhavo (e os outros dez Municípios da NUTIII do Baixo Vouga que são parte integrante da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro), deve continuar a ter como Tribunais de Relação os de Coimbra e não os do Porto, prevalecendo a relação da NUTIII do Baixo Vouga com a NUTII do Centro e não com o Distrito do Porto; -----

No que respeita ao Juízo do Tribunal de Família e Menores de Oliveira do Bairro que atualmente agrega o Município de Ílhavo, está provado o desajustamento dessa solução à vida dos Cidadãos e aos seus circuitos de mobilidade, realçando-se o facto muito gravoso para os Cidadãos de não existirem transportes públicos entre Ílhavo e Oliveira do Bairro. Assim sendo, entendemos que deve ser instalado um Juízo do Tribunal de Família e Menores em Ílhavo ou agregar o Município de Ílhavo ao Juízo do Tribunal de Família e Menores de Aveiro. -----

Agradecendo a devida atenção e consideração para com esta posição, apresentamos os nossos melhores cumprimentos, -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

31OUT12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar. -----

AÇÕES E PROCESSOS EM TRIBUNAIS COMUNS. -----

COMARCA DO BAIXO VOUGA / ÍLHAVO - PROCESSO N.º 291/12.4GAILH, INQUÉRITO – ARQUIVAMENTO DO CRIME DE FURTO OCORRIDO NAS INSTALAÇÕES DA SUBUNIDADE DE METROLOGIA DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 05NOV12, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, relativamente ao processo referenciado em epígrafe, cuja participação ocorreu contra desconhecidos, foi proferido despacho de arquivamento dos autos, em virtude de não ter sido possível apurar quaisquer elementos indiciários quanto à identidade do (s) autor (es) dos factos acima relatados. -----

07-11-2012

O aludido despacho, foi comunicado à Câmara Municipal a coberto do ofício n.º 16028388, datado de 01OUT12, pela Comarca referenciada em título. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

REGULAMENTOS INTERNOS. -----

REGULAMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DE ÍLHAVO. -----

Presente o regulamento supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente Regulamento. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

REGULAMENTO DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO. -----

Presente o regulamento supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente Regulamento. -----

Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

CÂMARA MUNICIPAL. -----

ALTERAÇÃO DO CARÁTER (DE PRIVADO PARA PÚBLICO) DA REUNIÃO DE CÂMARA DO PRÓXIMO DIA 21 DE NOVEMBRO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

A possibilidade de serem agendados assuntos de particular importância e que exigem em termos políticos e legais a sua análise, debate e decisão em reuniões públicas, nomeadamente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, e Planos de Pormenor: -----

Proponho: -----

1. Que a segunda Reunião de Câmara do mês de novembro de 2012, a realizar no dia 21 às 15.30 horas, assuma o carácter público, com audição de público às 17.30 horas; -----

2. Que desta alteração se dê a devida publicitação pelos meios tradicionais. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

05NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

07-11-2012

PROCESSO DISCIPLINAR – PEDIDO DE PAGAMENTO DE MULTA EM PRESTAÇÕES – ANA PAULA DIAS SEQUEIRA – PARECER. -----

Presente o parecer supra, elaborado pela Técnica Superior Jurista, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 22OUT12, aqui dada por integralmente transcrita, no qual e em síntese, se dá conta que, a trabalhadora referenciada em título, foi admoestada com a pena de multa no valor 198,66 euros, por deliberação da Câmara Municipal de 19SET12, no âmbito do processo disciplinar que lhe foi instaurado, importância essa que, paga numa só fração, face aos seus rendimentos e aos descontos obrigatórios que estão previstos na lei, deixaria a signatária com um salário inferior ao salário mínimo nacional, pelo que, se sugere, face ao fundamentos já aduzidos, que a arguida possa pagar a citada multa em 5 (cinco) prestações mensais, sucessivas e iguais, cada uma no valor de 39,73 euros, com início no mês novembro do ano em curso. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos do parecer. -----

APROVISIONAMENTO. -----**LISTAGEM DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CELEBRADOS NO 3º TRIMESTRE DE 2012, AO ABRIGO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----**

Presente a informação supra, datada de 02NOV12, elaborada pela responsável da CAP (em exercício), Dr.^a Conceição Lucas, Técnica Superior, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta do conjunto de prestações de serviços adjudicados pela Câmara Municipal de Ílhavo com recurso a Procedimento por Ajuste Direto, nos termos do Código dos Contratos Públicos, e relativos ao terceiro trimestre do ano de 2012 e a coberto do parecer prévio genérico aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 2012/03/21. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----**CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL – CONCESSÃO DO BAR/RESTAURANTE DO JARDIM OUDINOT – INFORMAÇÃO/PARECER. -----**

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 05NOV12, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se

07-11-2012

dá conta que, o representante legal da sociedade comercial “Intocha In Hotelaria, Lda”, a quem foi adjudicada a “Concessão da Conceção, Instalação e Exploração do Bar/Restaurante do Jardim Oudinet”, vem requerer a cessão da sua posição contratual a favor da sociedade “In Ílhavo In Hotelaria, Lda”, alegando que, atualmente, é esta a empresa que explora o referido estabelecimento. -----

Deste modo, verificados o factos, o histórico do procedimento, bem como o Direito, cuja apreciação detalhada se encontra vertida na presente informação, sugere-se o deferimento do citado pedido de cessão, por cumprimento dos vários requisitos adstritos ao processo. Em caso de decisão positiva por parte do Executivo Municipal, deverá a cessionária ser notificada para prestar caução nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 89º, e dos nºs 1 e 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos do presente parecer. -----

ZONA INDUSTRIAL DA MOTA – LOTE N.º 80 - CESSÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – “CENTRO CARNES – COMÉRCIO DE CARNES, LDA” – DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o seguinte despacho, elaborado pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

01. o teor do requerimento subscrito por CETROCARNES COMERCIO DE CARNES LDA., titular do lote 80 da ZIM, com o registo de entrada nº DOPGU 17045/12, de 2012,10/18, cujo teor integral aqui se dá por reproduzido e no qual e em síntese aquela, requer a emissão de certidão em como a CMI não pretende exercer o direito de preferência na compra e venda do imóvel edificado sobre o referido lote 80 da ZIM para o qual foi emitido o alvará de licença de utilização nº 386/04; -----

02. que a requerente adquiriu o referido lote de terreno por escritura publica de 31 de maio de 1999, sendo que desta fazia parte um documento complementar que, no essencial, reproduz o teor do Regulamento Interno n.º 3/97 – AP, publicado na II.ª Série do Diário da República de 04.08.1997, do qual – resulta que *“as empresas, singulares ou colectivas, adquirentes dos lotes não poderão alienar, a título gratuito ou oneroso, ou sob qualquer forma transferir para outrem a posse sobre a totalidade ou parte dos lotes adquiridos, sem que para o efeito sejam autorizadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, que usufruirá do direito de preferência”*; -----

07-11-2012

03. que as disposições constantes do referido Regulamento Interno nº 3/97 – AP, publicado no Diário da República, II série, de 4-8-1997, que disciplinava as condições de venda dos lotes da ZIM, consagrando o direito de preferência da Câmara Municipal na transmissão de lotes de terreno da ZIM não previam a dispensa do exercício de tal direito; -----

04. que foi entretanto publicado, no apêndice nº 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003, um novo Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), cujo nº 1 do artº 6º prevê que (apenas) *“durante o prazo de cinco anos a contar do início da laboração, as empresas singulares ou colectivas, adquirentes dos lotes não poderão alienar, a título gratuito ou oneroso, ou sob qualquer outra forma transferir para outrem a posse sobre a totalidade ou parte dos lotes adquiridos, e das benfeitorias nele implantadas, sem que para o efeito estejam autorizadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, a qual gozará do direito de preferência”*; -----

05. sendo que, nos termos do nº 4 da referida disposição regulamentar *“(…)para comprovação da efectiva laboração da empresa, poderá a Câmara Municipal de Ílhavo solicitar ao adquirente a demonstração do uso do lote através da entrega das declarações de rendimentos (IRS/IRC) do respectivo titular relativas aos três últimos anos de actividade*; -----

06. a referida unidade industrial se encontra a laborar, de forma contínua, desde 2004 facto esse que tem vindo a ser verificado pelos competentes serviços da CMI ao longo do processo de obras 680/00, desde o seu início até à actualidade, tendo o respetivo alvará de licença de utilização sido emitido em 06 de Maio de 2004, há mais de oito anos, portanto; -----

07. que, no exercício da sua atividade, a Administração está vinculada ao respeito pelos princípios; -----

i. da igualdade e da proporcionalidade segundo o qual, nas suas relações com os particulares não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito qualquer administrado (cfr artº 5º do CPA); -----

ii. da justiça e da imparcialidade, segundo o qual deve tratar de forma justa e imparcial todos os que com ela entrem em relação (artº 6º do CPA); -----

iii. da colaboração da Administração com os particulares, segundo o qual deve actuar em estreita colaboração com os particulares, (artº 7º do CPA). -----

07-11-2012

08. que se impõe, por isso, aplicar analogicamente o disposto no referido artº 6º nº 1 do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado, no apêndice nº 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003, à situação em apreço; -----
09. que, em situações análogas (vide por todos as nossas deliberações de 6 de Outubro de 2004 que recaiu sobre o requerimento subscrito por VARIOTEC - Peças Metálicas de Precisão, Lda, proprietária do lote A7 da ZIM e de 15 de Maio de 2012 que recaiu sobre o requerimento subscrito por DECOR 3 – Industria de Artigos Sanitários Lda, proprietária do lote H 38 da dita ZIM) a Câmara Municipal de Ílhavo já reconheceu ao proprietário que adquiriu o seu lote de terreno a coberto das disposições constantes do Regulamento Interno nº 3/97 – AP, publicado na II.ª Série do Diário da República de 04.08.1997, o direito de alienar livremente o seu lote de terreno, desde que, comprovadamente, ali tivesse edificado a sua unidade industrial e a tivesse mantido em funcionamento por mais de 5 anos; -----
10. que a Câmara Municipal não tem por atribuição, nem competências, para adquirir e gerir pelo tempo necessário a que ocorra uma alienação posterior, uma unidade industrial com as características das do requerente, sendo-lhe de todo impossível acomodar os respetivos funcionários na sua estrutura orgânica e no seu quadro de encargos com pessoal; -----
11. que, nos termos do disposto no nº 1 do artº 6º do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), a competência para decidir sobre o exercício do direito de preferência compete ao órgão colegial Câmara Municipal de Ílhavo; ---
12. que a requerente tem absoluta necessidade de celebrar a escritura de compra e venda do dito lote até à próxima terça feira, dia 23/10/2012, uma vez que o comprador tem viagem marcada para esse dia e não regressa entretanto; -----
13. que a próxima reunião da Câmara Municipal de Ílhavo só terá lugar no próximo dia 7 de Novembro de 2012; -----
14. que a fragilidade das condições em que se desenvolve a atividade comercial/industrial em Portugal recomenda a maior agilização de procedimentos tendo em vista garantir a realização de operações que assegurem a estabilidade das atividades económicas e dos postos de trabalho; -----

07-11-2012

15. que todas as decisões sobre as pretensões de proprietários de lotes da ZIM foram, até hoje, tomadas pela Câmara e nunca pelo seu presidente; -----

16. que, apesar disso e nos termos do disposto no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro “*sempre que o exigam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a câmara, o presidente pode praticar quaisquer actos da competência desta, mas tais actos ficam sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.*” -----

17. que o signatário auscultou previamente todos os vereadores da CMI sobre a sua disponibilidade para aprovar a presente proposta tendo colhido a aprovação de todos. -----

DETERMINO: -----

A. Que com os fundamentos supra se autorize a requerida transmissão do lote M 80 da Zona Industrial da Mota, propriedade da CENTROCARNES COMÉRCIO DE CARNES LDA sem que a CMI exerça, em relação ao dito lote de terreno, qualquer direito de preferência; -----

B. Que o exercício da atividade a implantar fique, na parte aplicável, sujeito às condições constantes do novo Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no apêndice nº 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003; -----

C. Que se advirta o requerente que a autorização aqui conferida não lhe confere quaisquer outros direitos, nem dispensa a operação de alienação do cumprimento dos demais requisitos legais exigíveis, nomeadamente em matéria de licenciamento de uso e industrial. -----

D. Que os serviços da DOPGU emitam a requerida certidão identificada no Considerando 1. -

E. Que, nos termos do disposto no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o presente despacho seja presente à próxima reunião de Câmara para ratificação. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

23OUT12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente Despacho. -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

07-11-2012

TRIBUNAL DE CONTAS – HOMOLOGAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 2003 – EMOLUMENTOS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação n.º 47, referenciada em título, datada de 23OUT12, elaborada pela Assistente Técnica, D.ª Isabel Pereira, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, atento o determinado por aquele douto Tribunal, deverá ser processada uma Ordem de Pagamento, no valor de 17.164,00 € para o embolso dos respetivos emolumentos. -----

Sobre a presente informação, recai o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Ao Chefe da DAG, proceda-se nos termos da presente informação. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

23OUT12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) 2013 – FIXAÇÃO DE TAXAS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

01. Com a entrada em vigor do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (adiante designado abreviadamente apenas por CIMI), aprovado pelo DL nº 287/2003, de 12 de novembro, operou-se uma profunda reforma do sistema de avaliação da propriedade, em especial da propriedade urbana já que, pela primeira vez em Portugal, o sistema fiscal passou a ser dotado de um quadro legal de avaliações totalmente assente em fatores objetivos, de grande simplicidade e coerência interna e sem espaço para a subjetividade e discricionariedade do avaliador; -----

02. Não foi objetivo da reforma aumentar a receita fiscal, mas sobretudo o de beneficiar os contribuintes efetivos, através da descida das taxas, com o alargamento da base tributável, por via da redução gradual da evasão fiscal; -----

03. Desde o lançamento do IMI a Assembleia Municipal de Ílhavo, por proposta da respetiva Câmara Municipal sempre fixou as respetivas taxas em: -----

i. prédios rústicos: 0,8% -----

07-11-2012

ii. *prédios urbanos: 0,8%*; -----

iii. *prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,5%* -----

4. *que, uma vez testado o modelo inicial de liquidação de imposto e respondendo ao apelo de muitos Municípios – entre os quais se destacou sempre o Município de Ílhavo - a Lei nº 64/2008, que veio alterar o Código do IMI, tendo em vista minorar o impacto nas famílias dos custos crescentes com a habitação,* -----

5. *que, no essencial, essa Lei promoveu a redução das taxas máximas de IMI relativas aos prédios avaliados e não avaliados em 0,1%, reduzindo a taxa máxima de IMI de 0,8% para 0,7% para os prédios não avaliados e de 0,5% para 0,4% nos prédios avaliados nos termos do CIMI e alargou o período de isenção de IMI para a habitação própria e permanente de 6 para 8 anos, para prédios com valor tributável até 157 500,00€ e de 3 para 4 anos, para prédios com valor tributável de 157 500,00€ até 236 250,00€* -----

06. *A avaliar pelas reclamações recebidas, no Serviço de Finanças de Ílhavo, pelos munícipes que discordaram do montante do imposto pago, a única causa das reclamações radica no coeficiente de localização aplicado à avaliação dos respetivos prédios e não na taxa fixada pela Assembleia Municipal, sob proposta desta Câmara, taxa essa claramente inferior à que vinha sendo praticada em sede de contribuição autárquica e que se cifrava em 1,3%.* -----

07. *Confirmando esta nossa tese, em 30 de setembro de 2009 foi publicada a Portaria 1119/2009, que procedeu à redução de mais alguns coeficientes de localização em todo o país.*

08. *Analizando as alterações operadas pela Portaria 1119/2009 verifica-se que, pela mesma, se procedeu à redução de coeficientes de localização em 321 zonas do país. Convém, no entanto, registar que:* -----

a) *esta é a segunda revisão dos coeficientes de localização que, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (adiante designado abreviadamente apenas por CIMI), aprovado pelo DL nº 287/2003, de 12 de novembro, devem ser revistos de três em três anos; -*

b) *na primeira revisão, operada em 2006 (cfr Portaria 1022/2006, de 20 de setembro), e em virtude das reclamações apresentadas pelos Municípios, apenas dois Concelhos do Distrito de Aveiro viram os seus coeficientes de localização corrigidos: Ílhavo e Santa Maria da Feira, sendo que no caso de Santa Maria da Feira apenas foram criadas algumas exceções aos*

07-11-2012

coeficientes de localização (cfr ANEXO I à Portaria 1022/2006) e não reduzido qualquer deles; -----

c) essa primeira revisão veio confirmar a tese da Câmara Municipal de Ílhavo, que desde 25.05.2004, se manifestou desfavoravelmente quanto à proposta de zonamento do Concelho em comunicações dirigidas ao Diretor Geral das Contribuições e Impostos, Ministro das Finanças, Presidente da Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos e Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

d) Isto porque a Câmara Municipal de Ílhavo sempre entendeu que as situações de injustiça fiscal que possam decorrer da aplicação da nova lei não se corrigem por via da redução de taxas (que manteria a injustiça uma vez que todos os contribuintes – mesmo aqueles que já pagam pouco – iriam pagar menos, mas se manteria a proporção entre as contribuições dos que entendem que pagam demais e aqueles que sabem que pagam de menos), mas sim (e maioritariamente) pela redução dos coeficientes de localização. -----

e) Em rigor, dos Municípios do Distrito de Aveiro, apenas em Ílhavo ocorreu, já em 2006, uma alteração dos coeficientes de localização (cfr ANEXO III à Portaria 1022/2006) e logo nos segmentos habitação, comércio e serviços (apenas não houve correções no segmento indústria por ser já tão baixo – por ex. na ZIM é 0,4); -----

f) Só no Município de Ílhavo, e por força das correções introduzidas já em 2006, pela Portaria 1022/2006, produziu-se uma redução de coeficientes de localização em: -----

i. 54 subzonas das zonas afetas ao comércio, -----

ii. 89 subzonas das zonas afetas a habitação, e -----

iii. 136 subzonas das zonas afetas a serviços. -----

g) As reduções maiores produziram-se naturalmente nas zonas cujo coeficiente de localização inicial era maior (por exemplo desapareceram nessa altura os coeficientes 2,1, 2,0 e 1,80 aplicados na Costa Nova, Barra e centro da cidade de Ílhavo), mas foram também reduzidos os coeficientes, e assim beneficiados, todos os proprietários cujos prédios se situam nas subzonas supra identificadas. -----

h) Cumpre referir que, nos termos do disposto no artº 6º da referida Portaria 1022/2006 “*nos casos em que, na sequência da revisão efectuada (...) e desde que das alterações aprovadas pela presente portaria resultem coeficientes mais favoráveis ao sujeito passivo, o novo*

07-11-2012

zonamento e os novos coeficientes de localização (...) são de aplicação retroactiva, originando (...) a repetição das avaliações efectuadas.” -----

i) Donde resulta que, no caso de Ílhavo e já em 2006, houve 279 subzonas cujos coeficientes de localização foram reduzidos por iniciativa da Câmara Municipal de Ílhavo e com impacto nas faturas a pagar desde 2004 (!). -----

j) A alteração introduzida pela Portaria 1119/2009, de 30 de setembro, muito influenciada pelo propósito de apenas acolher as propostas formuladas pelos Municípios, no sentido de manter ou reduzir os coeficientes de localização, apenas contempla, em relação a Ílhavo, uma redução do coeficiente máximo na afetação comércio, que desce de 1,60 para 1,50 e da solicitada descida do coeficiente de localização na Gafanha d’ Aquém, de 1,3 para 1,2, -----

k) Isto apesar de, na sua proposta de alteração aos coeficientes de localização do Município, a Câmara Municipal de Ílhavo ter ainda manifestado o entendimento segundo o qual deveria ser atribuído um coeficiente de localização de 1,5 na Barra e Costa Nova e de 1,0 no resto do Município. -----

09. Neste particular cabe ainda referir que, embora a Portaria 1119/2009 de 30 de setembro, tenha sido apresentada como uma medida extraordinária que integrou o pacote anti-crise criado pelo então Governo, de facto não o foi, porquanto: -----

a) a revisão trianual dos coeficientes de localização está prevista no artº 62º do Código do IMI, desde a sua publicação em novembro de 2003. -----

b) a correção dos coeficientes de localização depende da iniciativa dos Municípios e dos peritos locais e não do Ministério das Finanças. -----

c) além do mais, nos termos do disposto no nº 1, do referido Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, “o Imposto Municipal sobre Imóveis incide sobre o valor tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam”; -----

d) pelo que os eventuais benefícios que possam resultar para os contribuintes da descida do IMI tem apenas consequências sobre as finanças locais (ou seja as receitas do Municípios) e não sobre a receita fiscal do Estado, gerida pelo Governo. -----

10. É certo que, no âmbito da aplicação do memorando de entendimento entre o Governo Português e o Fundo Monetário Internacional/Banco Central Europeu/União Europeia, está

07-11-2012

em curso uma reavaliação dos prédios urbanos ainda não sujeitos ao CIMI, estando esse processo no Município de Ílhavo em fase final (com mais de 80% das matrizes avaliadas), sendo expectável que a coleta de IMI aumente em 2013 (o aumento previsto em sede de candidatura ao PAEL é de cerca de 700.000 euros), embora se vá estabelecer pela Lei do Orçamento de Estado a obrigatoriedade de usar essa verba adicional apenas para pagar dívidas (de curto, médio ou longo prazo); -----

11. Ora, os investimentos realizados pela Câmara Municipal de Ílhavo nos últimos anos são de grande importância estratégica para o Município, revestindo-se de relevante dimensão financeira, estando definido nas opções políticas e nos documentos de gestão que assim continuará a ser nos próximos anos, o que exige uma postura agressiva na gestão da receita municipal por parte da CMI e solidária por parte de todos os Municípios; -----

12. Cumpre, neste particular, sublinhar a circunstância de o Município de Ílhavo ter neste momento em curso um relevante conjunto de obras de grande dimensão e importância estratégica para o desenvolvimento integrado, solidário e sustentado do Município, e que o plano de investimentos para o próximo ano, que está claramente estruturado e dará continuidade às Grandes Opções do Plano e do Orçamento da CMI para 2012, assume uma relevante dimensão financeira. Estão já em execução e seguirão com uma dimensão de execução maioritária em 2013, obras como a Casa da Música / Qualificação da Escola Primária Nº1 de Ílhavo (RUCHI), o Parque Desportivo da Costa Nova, os novos Passadiços da Barra (projeto da CMI e obra da APAmbiente), assim como outras ainda em fase de projeto, entre as quais a Reabilitação do Teatro da Vista Alegre, a Qualificação da Praceta do Molhe Sul da Barra, a Qualificação da Estrada Florestal Nº1 e adaptação a Variante (Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo), a maior parte financiadas por fundos comunitários, mas que importam na necessária comparticipação do Município com capitais próprios que este precisa de aportar aos referidos projetos; -----

13. Por outro lado, no âmbito das suas responsabilidades enquanto parceiro ativo e líder da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o Município de Ílhavo é beneficiário e co-responsável pela execução material e comparticipação financeira de outro vasto conjunto de obras e intervenções públicas com expressão relevante na qualidade de vida dos nossos Municípios. Entre essas intervenções no Município de Ílhavo que exigem comparticipações

07-11-2012

financeiras da CMI, estão várias que se integram nos projetos do Parque da Ciência e Inovação, do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro, da empresa Águas da Região de Aveiro e da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga, nomeadamente: -----

a) AdRA -----

- i. Finalização de Obras de Saneamento Básico na Freguesia de São Salvador; -----
- ii. Obras de Saneamento Básico da Cidade de Gafanha da Nazaré e da Zona Industrial da Mota; -----

b) Polis da Ria de Aveiro -----

b.1. Obras a iniciar em breve: -----

- i. Qualificação do Caminho do Praião na Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo; -----
- ii. Qualificação Ambiental e Ciclovía na Frente-Ria entre a Costa Nova e a Vagueira; -----

b.2. Obras a lançar concurso: -----

- i. Cais dos Pescadores da Gafanha da Nazaré (junto à empresa Testa e Cunhas); -----
- ii. Requalificação Ambiental do Esteiro da Malhada; -----
- iii. Reforço do Cordão Dunar Costa Nova / Vagueira / Mira; -----

c) ERT-Centro de Portugal e GAC-RA -----

- i. Campanha de Marketing Territorial do Polo de Marca Turística da Ria de Aveiro; -----
- ii. Campanha de Marketing dos Produtos da Ria de Aveiro; -----

d) Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga -----

- i. Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água; -----

14. Acontece que a dispersão geográfica e a qualidade dos equipamentos e iniciativas já postos e a colocar à disposição dos Municípios, o expressivo apoio logístico e financeiro prestado às Associações do Município na realização de atividades e de investimentos, a cooperação financeira com as Juntas de Freguesia que se pretende retomar, e os programas e investimentos da CMI em áreas tão relevantes como a Educação, a Cultura e Juventude, a Qualificação Urbana e Ambiental, o Desenvolvimento Económico e o Emprego, a Acção Social, e vários investimentos ligados à Ria de Aveiro e ao Mar, importam todos eles na realização de forte investimento público e na assunção de responsabilidades financeiras que o Município tem de honrar. -----

07-11-2012

15. Por força da execução do programa de desenvolvimento estratégico do Município, ancorado numa lógica de financiamento regularmente sustentada nos mecanismos e ferramentas disponíveis, o Município teve oportunidade de se candidatar ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovado pela Lei 43/2012, de 28 de agosto, e que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção -Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012. -

16. Nos termos do disposto no n.º 2 da referida Lei n.º 43/2012, os municípios aderentes poderiam enquadrar-se em dois programas, de acordo com a sua situação financeira, sendo o Programa I destinado aos municípios que: -----

a) estivessem abrangidos por um plano de reequilíbrio financeiro; -----

b) a 31 de dezembro de 2011, se encontrassem numa situação de desequilíbrio estrutural; -----

e o Programa II destinado aos restantes municípios com pagamentos em atraso há mais de 90 dias a 31 de março de 2012, de acordo com o reporte efetuado no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL). -----

24. Os programas previstos nos números anteriores foram objeto de regulamentação pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de Setembro, que no seu artigo 7.º e quanto ao Plano de Ajustamento Financeiro dos Municípios aderentes, no Programa II, o Plano a apresentar deve conter medidas adicionais de redução e contenção da despesa, bem como de otimização da receita, designadamente as resultantes das medidas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. -----

25. Nos termos das referidas disposições legais o Município de Ílhavo não se encontra obrigado a adotar as taxas máximas de referência do IMI fixadas no respetivo Código e na redação prevista na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro. -----

26. A Câmara Municipal de Ílhavo assumiu há muito o compromisso público de não onerar mais o orçamento familiar dos seus Munícipes por via fiscal, não sendo sua intenção aproveitar o alargamento do intervalo de valores das taxas de IMI, fixadas pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro para proceder a um qualquer aumento da taxa fixada. -----

27. No entanto, o Município tem também de criar as suas receitas próprias e necessárias e, nesta, o Imposto Municipal sobre Imóveis tem especial relevância no que concerne ao suporte das despesas correntes e de capital; -----

07-11-2012

28. Nos termos do disposto no nº 1, do CIMI, aprovado pelo DL nº 287/2003, de 12 de novembro, “*o Imposto Municipal sobre Imóveis incide sobre o valor tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam*”; -----

29. Nos termos do disposto no nº 1, do artigo 112º do CIMI, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, “*as taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes*: -----

a) Prédios rústicos: 0,8%; -----

b) Prédios urbanos: 0,5 % a 0,8 %; -----

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3 % a 0,5 %. -----

30. Nos termos do disposto no nº 2, do referido artigo 112º, do CIMI, “*tratando-se de prédios constituídos por parte rústica e urbana, aplica-se ao valor patrimonial tributário de cada parte a respectiva taxa*”; -----

31. Nos termos do disposto no nº 8, do aludido artigo 112º, do CIMI, “*os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, ----- não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens*; -----

32. A competência para a fixação da taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº 22, pertence à Assembleia Municipal (artº 112º/5 do CIMI);

33. Nos termos do disposto na alínea e), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro a competência da Assembleia Municipal em matéria de fixação, nos termos da lei, de taxas municipais e fixação dos respetivos quantitativos, é exercida sobre proposta da Câmara Municipal; -----

34. Nos termos do disposto no nº 13, do dito artigo 112º, do CIMI, “*as deliberações da Assembleia Municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no nº 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de novembro*”,

Proponho: -----

07-11-2012

a) que, nos termos do disposto nos nº 5 e 1, do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, se fixem as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no Município de Ílhavo em 2013: -----

i. prédios rústicos: 0,8% -----

ii. prédios urbanos: 0,7%; -----

iii. prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,4% -----

b) que, nos termos do disposto no nº 8, do aludido artigo 112º, do CIMI, *“se majore em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;* -----

c) que a presente proposta seja aprovada em minuta e submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos nos números 1 e 8 do artº 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo DL nº 287/2003, de 12 de novembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e alínea e), do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass) José agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

05NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria, aprovar a presente proposta. Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

Na presente votação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Sr. José Marinho Vaz e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos, votaram contra, tendo ditado para a Ata a seguinte Declaração de Voto: -----

- “Considerando: -----

- Que se prevê, que o processo de reavaliação de todo o património imobiliário, provocará um enorme aumento do valor do imposto a pagar; -----

- Que essa reavaliação já será mais que suficiente para representar um acréscimo na receita do IMI e conseqüentemente um aumento significativo de pagamento de impostos por parte dos

07-11-2012

municípios, já sobrecarregados com outros aumentos de impostos vindos da necessidade de ultrapassar a crise que se vive. -----

- Parece-nos, tal como defendemos sempre, que mesmo que pouco significativa, a diminuição do IMI, contribuiria para uma maior fixação de famílias e de casais jovens no Concelho o que a acontecer acabaria por aumentar o valor da receita da Câmara. -----

- O Partido Socialista apresentou em sede de contributos para a elaboração do Plano e Orçamento da Câmara para 2013 uma proposta de redução das taxas de IMI como forma de aliviar os municípios de Ílhavo no que concerne aos atuais impostos que o Estado tem aplicado em especial aos trabalhadores com menos rendimentos. -----

- É pública a tomada de posição de um grande número de Câmara Municipais, que, atendendo à situação difícil que vivem os seus municípios, estão a deliberar no sentido da diminuição de taxas em especial do IMI. -----

Neste sentido entendem os Vereadores do Partido Socialista, que a descida da taxa IMI em uma décima para os Prédios Urbanos impunha-se como necessária e pertinente, desde já e em especial, devido ao aumento, mais que provável, da receita do IMI originada pela reavaliação de todo o património imobiliário. -----

Os Vereadores do Partido Socialista, -----

Ass.) Sr. José Marinho Vaz, -----

Ass.) Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos, -----

07NOV12”. -----

DERRAMA - 2013 – FIXAÇÃO DE TAXAS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

1º. A estrutura orçamental do Município de Ílhavo exige a existência de receitas próprias e suficientes que permitam fazer face às despesas correntes e de capital, garantindo o funcionamento de todos os serviços e a realização de investimentos promotores do desenvolvimento integrado do Município e da qualidade de vida dos Cidadãos; -----

2º. De acordo com as alterações introduzidas ao regime financeiro das Autarquias pela Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro) se pretendeu reformar o sistema de

07-11-2012

financiamento autárquico, num esforço para reduzir a dependência dos Municípios das transferências anuais do Orçamento do Estado; -----

3°. Uma das inovações do novo regime da Lei das Finanças Locais consistiu no facto de a derrama a lançar pelos Municípios passar a ter como base de incidência o lucro tributável dos sujeitos passivos e já não a sua coleta de IRC, como sucedia até 2007, encontrando-se agora estabelecido um limite para a referida taxa, que não poderá ultrapassar 1,5% do lucro tributável, ao contrário do que sucedia até então, em que a taxa podia atingir os 10%; -----

4°. Embora o Município de Ílhavo e a ANMP tenham por diversas vezes interpelado o Ministério das Finanças, continuamos sem dispor de indicadores objetivos que permitam aferir o reflexo desta alteração sobre a receita fiscal do Município de Ílhavo, existindo a constatação e a perspectiva de que o valor absoluto da derrama vai continuar a diminuir, não se verificando que a redução da taxa seja compensada por uma nova base tributável mais alargada (abrangendo mais contribuintes); -----

5°. Se tem verificado uma redução global da receita (impostos e taxas municipais, com exceção do IMI), sendo que, globalmente a CMI registou uma redução de receita acumulada em impostos e taxas desde 2009, superior a dez milhões de euros e agravada pelo aumento do valor da generalidade dos custos suportados com especial relevo para o IVA sobre a energia elétrica; -----

6°. Nos termos, do disposto no n° 1 do art° 14° da Lei n° 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, e estabelece o novo regime financeiro dos municípios, “ *Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.*” -----

7°. O plano de investimentos para o próximo ano, que está claramente estruturado e dará continuidade às Grandes Opções do Plano e do Orçamento da CMI para 2012, assumindo uma relevante dimensão financeira. Estão já em execução e seguirão com uma dimensão de execução maioritária em 2013, obras como a Casa da Música / Qualificação da Escola

07-11-2012

Primária Nº1 de Ílhavo (RUCHI), o Parque Desportivo da Costa Nova, os novos Passadiços da Barra (projeto da CMI e obra da APAmbiente), assim como outras ainda em fase de projeto, entre as quais a Reabilitação do Teatro da Vista Alegre, a Qualificação da Praceta do Molhe Sul da Barra, a Qualificação da Estrada Florestal Nº1 e adaptação a Variante (Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo), a maior parte financiadas por fundos comunitários, mas que importam na necessária comparticipação do Município com capitais próprios que este precisa de aportar aos referidos projetos; -----

8º. Por outro lado, no âmbito das suas responsabilidades enquanto parceiro ativo e líder da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o Município de Ílhavo é beneficiário e co-responsável pela execução material e comparticipação financeira de outro vasto conjunto de obras e intervenções públicas com expressão relevante na qualidade de vida dos nossos Municípios. Entre essas intervenções no Município de Ílhavo que exigem comparticipações financeiras da CMI, estão várias que se integram nos projetos do Parque da Ciência e Inovação, do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro, da empresa Águas da Região de Aveiro e da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga, nomeadamente: -----

A) AdRA -----

- i. Finalização de Obras de Saneamento Básico na Freguesia de São Salvador; -----
- ii. Obras de Saneamento Básico da Cidade de Gafanha da Nazaré e da Zona Industrial da Mota; -----

b) Polis da Ria de Aveiro -----

- b.1. Obras a iniciar em breve: -----
  - i. Qualificação do Caminho do Praião na Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo; -----
  - ii. Qualificação Ambiental e Ciclovía na Frente-Ria entre a Costa Nova e a Vagueira; -----
- b.2. Obras a lançar concurso: -----
  - i. Cais dos Pescadores da Gafanha da Nazaré (junto à empresa Testa e Cunhas); -----
  - ii. Requalificação Ambiental do Esteiro da Malhada; -----
  - iii. Reforço do Cordão Dunar Costa Nova / Vagueira / Mira; -----

c) ERT-Centro de Portugal e GAC-RA -----

- i. Campanha de Marketing Territorial do Polo de Marca Turística da Ria de Aveiro; -----
- ii. Campanha de Marketing dos Produtos da Ria de Aveiro; -----

07-11-2012

Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga -----

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água; -----

9º. O aproveitamento do QREN 2007/2013, que está ainda em execução, exige a capacidade de assegurar a devida contrapartida nacional para que os investimentos se concretizem; -----

10º. Na estrutura da receita do Município a derrama tem tido uma presença relevante (embora com uma quebra muito acentuada nos últimos anos), reforçando a capacidade financeira do Município para financiar importantes obras, nomeadamente ao nível da construção e qualificação das zonas industriais, da expansão das redes de saneamento básico e da expansão da rede viária estruturante do Município entre outras: -----

Proponho: -----

1º. Que ao abrigo do referido nº 1 do artº 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, a Câmara Municipal de Ílhavo delibere aprovar uma derrama para cobrança no ano de 2013 no valor de 1,5%; -----

2º. Que esta proposta seja aprovada em minuta e submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

3º. Que os serviços providenciem a remessa da proposta aprovada, por via eletrónica, à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos e para os efeitos previstos no nº 8 do referido artº 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) José agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

05NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta. Mais se delibera o seu envio à Assembleia Municipal. -----

Na presente votação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Sr. José Marinho Vaz e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos, votaram contra, tendo ditado para a Ata a seguinte Declaração de Voto: -----

- “Continuamos a entender que a aplicação da taxa máxima de Derrma pode contribuir para um crescente desinteresse das empresas em instalar-se no Concelho de Ílhavo, não possuído

07-11-2012

este, fatores de atracção para as empresas, destacando-se que as nossas zonas industriais são pouco cuidadas e com insuficientes infraestruturas. -----

Não será a aplicação da taxa máxima de Derrama que solucionará os problemas com as receitas tanto mais que trata-se de verbas já pouco significativas para a Câmara. -----

Neste sentido, os Vereadores do Partido Socialista entendem que seria desejável que a Derrama no Município de Ílhavo pudesse descer, tendo em vista uma maior fixação de empresas no nosso Município pelo que VOTAM CONTRA à proposta de executivo na fixação da taxa de 1,5% de Derrama, a aplicar em 2013. -----

Os Vereadores do Partido Socialista, -----

Ass.) Sr. José Marinho Vaz, -----

Ass.) Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos, -----

07NOV12”. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

PLANEAMENTO FISÍCO. -----

ALTERAÇÃO AO EU 23 – ESTUDO URBANÍSTICO DAS LEBRES - GAFANHA DA NAZARÉ – (PO N.º 122/12) – PROPOSTA. -----

Presente o Estudo supra, elaborado pelo Chefe da DPUP, Dr. João José Carlos, datado de 25OUT12, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Sobre o Estudo referenciado em epígrafe, recaiu a seguinte informação/parecer, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Dr.ª Beatriz Martins, e que mereceu um despacho de concordância por parte do Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Visto. Concordo com a proposta de alteração do EU 23, assim como com a solução apresentada do reperfilamento da Rua João Rodrigues Cabrilho. Com esta alteração, pretende-se dar resposta ao Processo n.º 122/12 anexo à proposta. -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, Dr.ª, -----

26OUT12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente alteração ao EU 23. -----

CERTIDÃO – DESTAQUE DE PARCELA. -----

Presente o seguinte processo: -----

07-11-2012

- O registado com o n.º 15 942, Pº 193/72, em 2012/09/26, respeitante a Maria do C. Martinho, residente na Rua Dr. José Rito, n.º 92, Gafanha da Encarnação. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. -----

A informação tem a referência DOPGU/pauloa, inf. 2634, 2012/10/31 15942/12 1, e é da responsabilidade do Técnico Superior da DOPGU, Arqtº Paulo Anes, a qual se dá aqui por integralmente transcrita e consta do respetivo processo. -----

ANULAÇÃO DE REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA.

Presente o seguinte processo: -----

- O registado com o n.º 16 928, Pº 257/11, em 2012/10/16, respeitante a Maria Regina Tavares de Noronha Lebre, residente na Rua da Chaparra, n.º 34, Quinta do Picado/Aveiro. ---

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2012/11/02 16928/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, a qual se dá aqui por integralmente transcrita e consta do respetivo processo. -----

INFORMAÇÃO PRÉVIA.

Presente o seguinte processo: -----

- O registado com o n.º 15 875, Pº 541/05, em 2012/09/25, respeitante a Helena Maria Silva Salgueiro Marques, residente na Rua Prof. Barbosa de Magalhães, n.º 6 – 2º - Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU e do despacho da Vereador, Eng.º Marcos Ré -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2012/10/15 15875/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2012/10/25, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

LOTEAMENTO.

Presente o seguinte processo: -----

07-11-2012

- O registado com o n.º 16 018, Pº 1153/00, em 2012/09/27, respeitante a Pavijoal – Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda, com sede na Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 39 – 5º Esqº, Arrentela / Seixal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU e do despacho da Vereador, Eng.º Marcos Ré -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2012/10/23 16018/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2012/10/29, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO – “NOVO ARRUAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DA MOTA” – FIRMA: CONSTRUÇÕES CARLOS PINHO, LDA - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 22OUT12, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias bancárias prestadas e a restituição das quantias retidas como garantia da obra, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder ao cancelamento das garantias nos termos da informação. -----

LIBERTAÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO – “INTERCEPTOR GERAL DAS LAVAGADAS” – FIRMA: CONSTRUÇÕES CARLOS PINHO, LDA - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 22OUT12, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere o cancelamento das garantias bancárias prestadas e a restituição das quantias retidas como garantia da obra, dado que já se encontra efetuada a receção definitiva da mesma. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder ao cancelamento das garantias nos termos da informação. -----

07-11-2012

CONCURSO “ADAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE OUTROS EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES – CIEMAR” – RELATÓRIO FINAL. -----

Presente o Relatório final respeitante ao Concurso referenciado em epígrafe, elaborado pelo respetivo Júri do Procedimento, datado de 30OUT12, aqui dado por integralmente transcrito, e que, em linhas gerais, aponta para a adjudicação do presente concurso à firma: “Construções Marvoense, Lda”, pelo valor de €53. 671, 96 (cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e um euros e noventa e seis cêntimos), acrescidos de IVA, com um prazo de execução de 30 dias. -- Em minuta foi deliberado por unanimidade proceder à adjudicação à empresa Construções Marvoense, nos termos do presente relatório. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

AÇÃO SOCIAL. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: ----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados por Alexandra Sofia de Oliveira, Luciana da Costa Figueiredo, Bruno Miguel Neves Pereira, Flávio Sousa Frinhani, Sónia Isabel Freitas Vargas, Maria Conceição Gonçalves Teixeira, Carlos Manuel Miranda Ferreira, Hermínia Rosa Lança Louro e Júlia Maria Lopes Bartolomeu, e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

07-11-2012

4.º - Que, a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) que estabeleceu a denominada Lei dos Compromissos, impõe às Autarquias Locais uma forte contração da despesa pública; -----

5.º - Que, o Município de Ílhavo, apresenta neste momento e enquanto não for concretizado o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, a que tenciona aderir, fundos disponíveis negativos; -----

6.º - Que, contudo, por deliberação do Câmara em reunião extraordinária de 2012/06/27, o órgão executivo tomou um conjunto de decisões que cumprindo no essencial a LCPA, designadamente reduzindo os pagamentos em atraso, e disciplinando a despesa pública, assumiu que manterá a Câmara em funcionamento em áreas que considera essenciais; -----

7.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2107 de 2/11/2012 no valor estimado de 900,00 € pelo que, --

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição dos seguintes apoios, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Alexandra Sofia de Oliveira: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Luciana da Costa Figueiredo: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Bruno Miguel Neves Pereira: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Flávio Sousa Frinhani: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Sónia Isabel Freitas Vargas: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Conceição Gonçalves Teixeira: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

- Carlos Manuel Miranda Ferreira: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

07-11-2012

- Hermínia Rosa Lança Louro: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Júlia Maria Lopes Bartolomeu: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

02NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Alexandra Sofia de Oliveira, Luciana da Costa Figueiredo e Bruno Miguel Neves Pereira e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o CASCI – Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que o CASCI possui um crédito no valor de 519,10 Euros, que deverá ser abatido, resultante da mudança da residência e o incumprimento da realização gratuita de tarefas de

07-11-2012

índole diversa por parte de beneficiários para os quais já havia sido aprovada comparticipação. -----

6.º - Que, a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) que estabeleceu a denominada Lei dos Compromissos, impõe às Autarquias Locais uma forte contração da despesa pública; -----

7.º - Que, o Município de Ílhavo, apresenta neste momento e enquanto não for concretizado o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, a que tenciona aderir, fundos disponíveis negativos; -----

8.º - Que, contudo, por deliberação do Câmara em reunião extraordinária de 2012/06/27, o órgão executivo tomou um conjunto de decisões que cumprindo no essencial a LCPA, designadamente reduzindo os pagamentos em atraso, e disciplinando a despesa pública, assumiu que manterá a Câmara em funcionamento em áreas que considera essenciais; -----

9.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2107 de 2/11/2012 no valor de 109,01 Euros, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao CASCI, no valor de 109,01 Euros, para apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

02NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À CERCIAV – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei

07-11-2012

159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Maria Helena Mendes Bolhão, Daniel Jesus Ribeiro, Maria Conceição Rodrigues, Maria Marques de Oliveira, Fernando Almeida Santos e António Silva Matos e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a CERCIAV – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a CERCIAV possui um crédito no valor de 450,00 Euros, que deverá ser abatido, resultante da alteração da residência e o incumprimento do Acordo de Inserção por parte de beneficiários para os quais já havia sido aprovada participação. -----

6.º - Que, a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) que estabeleceu a denominada Lei dos Compromissos, impõe às Autarquias Locais uma forte contração da despesa pública; -----

7.º - Que, o Município de Ílhavo, apresenta neste momento e enquanto não for concretizado o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, a que tenciona aderir, fundos disponíveis negativos; -----

8.º - Que, contudo, por deliberação do Câmara em reunião extraordinária de 2012/06/27, o órgão executivo tomou um conjunto de decisões que cumprindo no essencial a LCPA, designadamente reduzindo os pagamentos em atraso, e disciplinando a despesa pública, assumiu que manterá a Câmara em funcionamento em áreas que considera essenciais; -----

9.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2107 de 2/11/2012 no valor de 646,86 € pelo que, -----

Proponho: -----

07-11-2012

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à CERCIAV, no valor de 646,86 Euros, para apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

02NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
FUNDAÇÃO PRIOR SARDO – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO –
PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Maria de Lurdes Marques Dias Gomes e Alexandra Sofia Alves Nunes e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a Fundação Prior Sardo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por comparticipar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

07-11-2012

5.º - Que a Fundação Prior Sardo possui um crédito no valor de 406,02 Euros, que deverá ser abatido, resultante do incumprimento da realização gratuita de tarefas de índole diversa por parte de beneficiários para os quais já havia sido aprovada comparticipação. -----

6.º - Que, a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) que estabeleceu a denominada Lei dos Compromissos, impõe às Autarquias Locais uma forte contração da despesa pública; -----

7.º - Que, o Município de Ílhavo, apresenta neste momento e enquanto não for concretizado o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, a que tenciona aderir, fundos disponíveis negativos; -----

8.º - Que, contudo, por deliberação do Câmara em reunião extraordinária de 2012/06/27, o órgão executivo tomou um conjunto de decisões que cumprindo no essencial a LCPA, designadamente reduzindo os pagamentos em atraso, e disciplinando a despesa pública, assumiu que manterá a Câmara em funcionamento em áreas que considera essenciais; -----

9.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2107 de 2/11/2012 no valor de 31,58 Euros, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à Fundação Prior Sardo, no valor de 31,58 Euros, para apoio à comparticipação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º -----

02NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

OCUPAÇÃO INDEVIDA DO ARRUMO “E6” DO CAIS DOS PESCADORES DA COSTA NOVA, POR PARTE DO SR. LUIS ORLANDO SANTOS VIEIRA – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Dr.ª Ana Patrícia Araújo, datada de 05NOV12, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, o munícipe acima referido, tem vindo a utilizar o Arrumo referenciado em

07-11-2012

epígrafe como sua habitação permanente, contrariando assim o destino que originou o direito de ocupação daquele espaço. -----

Dado que o Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Costa Nova não prevê qualquer consequência/penalização para o uso indevido dos arrumos, nem tão pouco o procedimento a adotar quando comprovadamente se verificarem tais situações, sugere-se, ao abrigo do artigo 17º do mencionado regulamento, que dispõe “as dúvidas e omissões resultantes do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal”, que o Órgão Executivo notifique o cidadão referenciado em título, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, retirar do Arrumo os seus bens pessoais e quaisquer outros utensílios que estejam a ser utilizados diariamente na gestão da sua vida pessoal, dando ao mesmo o uso apropriado. -----

Por último, deve o munícipe em causa ser advertido que, se tal não ocorrer (nos termos e prazos referidos), a Câmara Municipal acionará os mecanismos legais conducentes à desocupação coerciva e definitiva do aludido Arrumo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação. -----

CULTURA. -----

1ª EDIÇÃO (ANO 2012) DO PRÉMIO OCTÁVIO LIXA FIGUEIRAS – ATA DO JÚRI

Presente a Ata do Júri referenciada em título, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, o aludido júri decidiu por unanimidade premiar o trabalho “*Hoje por ti, amanhã por mim. A arte xávega no litoral central português*”, da autoria de Francisco Oneto Nunes. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. -----

RENDA APOIADA – FOGO DE HABITAÇÃO SOCIAL NA RUA DA ESCOLA SECUNDÁRIA, EM ÍLHAVO (BLOCO N.º 18, R/C, TRÁS/DIREITO) – INQUILINA: INOCÊNCIA GISELA FRANCISCO RODRIGUES - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 02NOV12, elaborada pela Chefe de Divisão da DASS, Dr.ª Mónica Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, finalizado o concurso referenciado em epígrafe, relativo à “*atribuição do fogo de habitação social em regime de renda apoiada*”, e cuja deliberação pelo Executivo Municipal

07-11-2012

ocorreu em 17AGO12, sugere-se que a Câmara Municipal delibere o valor da renda apoiada. -
Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação. -----

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA DO DESCENDENTE DA INQUILINA “CATARINA NEVES CORREIA”, EM FOGO DE HABITAÇÃO SOCIAL PROPRIEDADE DA CMI – REAJUSTAMENTO DA RENDA DE APOIADA – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 30OUT12, elaborada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Susana Marques, corroborada pela respetiva Chefe de Divisão, Dr.^a Mónica Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere, após análise à situação do respetivo agregado familiar, que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere no sentido de anuir ao aludido pedido formulado pela inquilina referenciada em título, desde logo por tal alteração se apresentar como um suporte importante para a predita progenitora, designadamente no plano de pagamento das rendas em atraso. -----

Mais se sugere, face à situação decorrente da recomposição daquele agregado familiar, que haja um reajustamento da renda, que, face aos cálculos efetuados, deverá ser fixada em 247,98 euros. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação. -----

RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO POR OBRIGAÇÃO INCUMPRIDA – FOGO DE HABITAÇÃO SOCIAL DO BEBEDOURO (GAFANHA DA NAZARÉ) – INQUILINA: TÂNIA CRISTINA GRAÇA OLIVEIRA – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 10OUT12, elaborada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Susana Marques, corroborada por informação prestada pelo Assessor Jurídico, Dr. Rui Dias, em 01NOV12, ambas devidamente suportadas por despacho de concordância elaborado pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa, datado de 25OUT12, todas elas dadas aqui por integralmente reproduzidas, e que, em síntese, veem sustentar a resolução do contrato de arrendamento já mencionado em epígrafe, porquanto a contraparte prestou-se ao incumprimento do pagamento da renda social que lhe estava estipulada, desde abril até novembro do corrente ano, para além de não ter cumprido com o plano de pagamento das

07-11-2012

rendas em atraso que ela própria tinha proposto e a que o Vereador do Pelouro da Ação Social tinha dado a devida anuência, por despacho exarado em 26JUN12. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

AMBIENTE. -----

LIMPEZA DOS SANITÁRIOS JUNTO AO “LARGO DO OBELISCO” E AO “MOLHE SUL” NA PRAIA DA BARRA E NOVO MERCADO E POSTO DE TURISMO DA COSTA NOVA – (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL) À ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PRAIA DA BARRA E AO RANCHO FOLCLÓRICO “OS PALHEIROS” DA COSTA NOVA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Marcos Labrincha Ré: -----

- “Não obstante os esforços e diligências desenvolvidas com vista à aquisição de serviços relativos à limpeza e manutenção dos sanitários existentes nas Praias da Costa Nova e da Barra no período fora da época balnear, uma vez mais não foi possível a inclusão desta intervenção na contratualização havida para o efeito durante a época balnear. Tal situação é justificada pela necessidade de introduzirmos fora da época balnear uma frequência diferente na realização daqueles serviços e de, face a este facto, da dificuldade em encontrar uma solução que, integrando-se na época balnear permita, com o melhor preço, proporcionar um serviço capaz de assegurar pelo menos aos fins-de-semana (sábados e domingos) e feriados, a abertura nas devidas condições, dos sanitários considerados potencialmente mais utilizáveis nas Praias da Barra e da Costa Nova e acima referenciados. Deste modo, a urgência na resolução do problema, a necessidade de manter abertos os sanitários mencionados e, conseqüentemente, assegurar a sua manutenção, respectiva higiene e limpeza durante o período de tempo acima referido obrigam, face á dificuldade em encontrar uma solução estruturante e duradoura para a situação referida, a deitar mão de soluções expeditas e de recurso, para fazer face à problemática mencionada. -----

Assim, à semelhança dos anos anteriores, após contactos informais com a “Associação dos Amigos da Praia da Barra” e com o Rancho Folclórico “Os Palheiros” da Costa Nova que de imediato se disponibilizaram para o efeito, foram estas instituições uma vez mais chamadas a dar o seu contributo e assim a ser utilizadas como parceiros da Câmara Municipal na

07-11-2012

concretização da solução que, no nosso ponto de vista, a sua urgência e os aspectos acima mencionados justificam. Nestes termos propõe-se, de modo idêntico às épocas passadas (2009; 2010 e 2011), a concessão de um subsídio pontual de **200 Euros/mês e por cada sanitário**, a atribuir como contrapartida à execução dos trabalhos e/ou serviços a prestar (neste estão excluídos os materiais de limpeza a fornecer pela Câmara Municipal) desde o princípio do mês de Novembro de 2012 até ao início da próxima época balnear (final do mês de Maio de 2013) e que no total ascendem a **2.800 Euros** no que concerne aos Amigos da Praia da Barra e o mesmo valor (**2.800 Euros**), no que respeita ao Rancho Folclórico “Os Palheiros” da Costa Nova. No caso presente o horário de funcionamento acordado será, nos meses de Novembro a Março (inclusive) das 10.00 às 18.30 horas durante os dias mencionados e nos meses de Outubro, Abril e Maio das 10.00 às 19.30 horas nos dias já referidos. Propõe-se ainda que o pagamento às referidas Instituições seja bimestral, a efectuar no final de cada mês correspondente ao período considerado. -----

O Vereador em Exercício, -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, -----

31OUT12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

TRANSPORTES E TRÂNSITO. -----

PLANO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DA REGIÃO DE AVEIRO – PLANO DE PAGAMENTOS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente a informação referenciada em título, que aqui se transcreve na íntegra, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro celebrou um contrato com a empresa TIS.PT, em 12 de Setembro de 2011, para a prestação de serviços de elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMTRA), com um valor total de 333.900 €+ IVA e a duração prevista de 12 meses. -----

Tendo sido requeridas e aprovadas pelo Conselho Executivo da CI Região de Aveiro duas prorrogações de prazo da referida prestação de serviços, a duração prevista passou a ser de 16 meses, terminando em Janeiro de 2013. -----

07-11-2012

De acordo com a deliberação do Conselho Executivo da CI Região de Aveiro, a Comunidade Intermunicipal pagará cada uma das tranches nas percentagens referidas no programa de concurso, emitindo de seguida a cada uma dos Municípios associados as respectivas Guias de Recebimento em Débito de acordo com a seguinte tabela: -----

	Valor da Guia de Recebimento em Débito a emitir a cada Município	Data prevista para emissão da Guia de Recebimento em Débito
25%	9.334,02 €	Julho de 2012
20%	7.467,22 €	Agosto de 2012
20%	7.467,22 €	Dezembro de 2012
35%	13.067,63 €	Janeiro de 2013

Anexos: -----

- Contrato Celebrado entre a CI Região de Aveiro e a empresa TIS.PT -----

- Informação Interna n.º 42 – 11/07/2012 -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, -----

31OUT12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes quatro Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Qualificação Urbana e Ambiental do «Casco Antigo» da Cidade” – 2ª Revisão de Preços, no valor de € 1.175,96 (mil cento e setenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada ao consórcio formado pelas firmas: Encobarra – Engenharia e Construção, SA e Asibel – Construções, SA.

2º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Qualificação Urbana e Ambiental do «Casco Antigo» da Cidade” – 1ª Situação TM “A” (valores de contrato), no valor de € 82.444,17 (oitenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e dezassete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada ao consórcio formado pelas firmas: Encobarra – Engenharia e Construção, SA e Asibel – Construções, SA. -----

3º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Casa da Música de Ílhavo” – 3ª Situação Contratual, no valor de €24.963,27 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e três

07-11-2012

euros e vinte e sete cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Encobarra – Engenharia e Construção, SA. -----

4º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Ampliação do Museu Marítimo de Ílhavo” – 11ª Situação Contratual, no valor de € 235.692,95 (duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e dois euros e noventa e cinco cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Encobarra – Engenharia e Construção, SA. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder ao seu pagamento. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 17.30 horas, hora destinada à audição do público e dado que não se encontrava presente no Salão Nobre nenhum munícipe a quem pudesse ser concedida a palavra, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, encerrada a mesma. ----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----